



Anexo XX - Critérios de Sustentabilidade Ambiental

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do Projeto Básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

1.2 Para mitigação dos impactos ambientais gerados pela construção civil serão observadas na execução desta obra critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com as leis e normas vigentes, além dos Memoriais Descritivos de cada disciplina e das instruções constantes deste anexo.

2 COLETA E ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PARA DESCARTE CORRETO.

2.1.1 A madeira utilizada na obra ou serviço deve ser de origem legal, e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento.

2.1.2 A comprovação da procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais deverá ser feita por meio dos seguintes documentos: nota fiscal, comprovantes de registro do fornecedor e transportador junto ao CTF, Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, do IBAMA, e Documento de Origem Florestal, no caso de serem de origem nativa.

2.1.3 Durante a execução da obra, a empresa contratada deverá racionalizar o consumo de água, de energia e de outros insumos, de maneira a evitar desperdícios e a geração desnecessária de efluentes, emissões e resíduos.

2.1.4 Os efluentes deverão ser conduzidos e tratados:

2.1.4.1 Quimicamente, no caso dos sanitários portáteis de cabine, a substituir regularmente;



- 2.1.4.2 Por meio de tubulação, conjunto de fossa séptica e filtro e infiltração, no caso das instalações provisórias do canteiro;
- 2.1.4.3 Por meio de tubulação, caixa de decantação e sistema de infiltração, no caso de águas utilizadas na limpeza de ferramentas e equipamentos.
- 2.1.4.4 Um plano esquemático para a condução, o tratamento e o lançamento dos efluentes deverá ser submetido à Fiscalização para aprovação, ainda antes do início dos trabalhos.
- 2.1.5 Os materiais de pintura, incluindo a água e os solventes para diluição e para a limpeza de ferramentas deverão ser tratados como resíduos perigosos, da classe D.
- 2.1.6 As emissões atmosféricas, decorrentes do uso de combustíveis em veículos e equipamentos, incluindo fogões, deverão ser minimizadas pela manutenção periódica, pelo bom estado de conservação e pelo uso correto.
- 2.1.7 Não será admitida a queima ou incineração de qualquer outro material ou substância dentro do canteiro de obras.
- 2.1.8 Os resíduos deverão ser classificados, separados, acondicionados, quantificados, transportados e destinados nos termos da resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações:
 - 2.1.8.1 O Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Construção Civil deverá ser submetido à Fiscalização para aprovação, ainda antes do início dos trabalhos;
 - 2.1.8.2 A empresa contratada deverá encaminhar mensalmente à Fiscalização cópia dos manifestos de resíduos.
- 2.1.9 Todo o solo movimentado pela obra deverá ser conduzido para bota-fora licenciado, com registros e certidões em dia com a legislação.
- 2.1.10 Em locais próximos a áreas rurais as atividades da obra deverão ser realizadas cuidadosamente, tendo em vista as possíveis interações com a vida silvestre, tanto com a vegetação como com os animais, evitando



danos desnecessários ao meio ambiente, principalmente nas áreas de preservação permanente e nos fragmentos florestais.

2.1.11 Não serão admitidos o corte, a retirada e uso de materiais lenhosos do canteiro de obras.

2.1.12 Não será admitida a caça ou qualquer tipo de maus tratos aos animais.

2.1.13 Não será admitida a inserção de animais domésticos no canteiro de obras

2.1.14 Os animais silvestres e domésticos não deverão ser alimentados.

2.1.15 A Educação Ambiental deve servir como instrumento para sensibilizar e engajar os trabalhadores em relação a minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades humanas e pela execução da obra, em especial quanto:

2.1.16 A necessidade de manter as condições de limpeza e higiene no canteiro de obras;

2.1.17 A importância da segregação e redução da geração de resíduos e seu correto acondicionamento, armazenamento e transporte.

3 CANTEIRO DE OBRA

3.1 Deverá ser apresentado à Fiscalização o de projeto para implantação de canteiro de obras organizado, com critérios mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, no qual conste, por exemplo, o reuso de água, o reaproveitamento da água de chuvas e dos resíduos sólidos produzidos e a separação dos não reutilizáveis para descarte.

3.2 Sua organização levará em conta a minimização dos transtornos causados pela obra, incluindo a movimentação de trabalhadores, materiais e veículos.

3.3 Deverá ser submetido à Fiscalização um plano esquemático da distribuição dos diversos componentes das instalações provisórias e das frentes de trabalho, para aprovação, ainda antes do início dos trabalhos.



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 3.4 As instalações provisórias não poderão interferir na vegetação arbórea, caso existam no local.
- 3.5 As podas ou cortes deverão ser expressamente autorizadas pela Fiscalização.
- 3.6 As frentes de trabalho deverão dispor de sanitário.
- 3.6.1 Quando portátil de cabine, deverá contar com tratamento químico, e coletor para resíduos de características domésticas.
- 3.7 Deverão ser disponibilizados locais adequados para armazenamento de materiais, ferramentas e equipamentos, para as frentes de trabalho, no caso de sua permanência de um dia para outro, além de local próprio para armazenamento dos resíduos.

4 EXECUÇÃO DA OBRA

- 4.1 As atividades da obra serão realizadas visando a segurança dos colaboradores e transeuntes, a manutenção das atividades existentes no local e a preservação da vegetação e dos animais silvestres.
- 4.2 Os veículos da obra, em todo o entorno não deverá ultrapassar a velocidade de 30 km/h.
- 4.3 Deverá haver cuidado com a geração de ruídos e o lançamento de poeira.
- 4.4 Caso haja necessidade de realizar operações causadoras de vibrações, como detonação de rocha e cravação de estacas, ou limitadoras da movimentação de veículos e pessoas, como interdição temporária de áreas e/ou vias, estas deverão ser agendadas previamente com a Fiscalização.

5 GESTÃO DE RESÍDUOS

- 5.1 A gestão e o manejo dos resíduos da obra deverão obedecer a Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações.



5.2 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Projeto, a Contratada deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

5.3 Na falta de uma legislação específica para a Gestão de Resíduos de Construção Civil do município em que se localiza a obra, e na falta de condicionantes específicos estabelecidos no processo de licenciamento ambiental, a empresa contratada deverá elaborar e submeter à aprovação da Fiscalização do contrato um PGRCC, Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Construção Civil, específico para esta obra, ainda antes do início dos trabalhos.

5.4 O PGRCC para esta obra conterá no mínimo os seguintes elementos:

5.4.1 Caracterização do empreendimento;

5.4.2 Identificação do empreendedor (empresa contratada);

5.4.3 Descrição das medidas para redução, reutilização e reciclagem dos resíduos durante a execução da obra;

5.4.4 Minimização da geração de resíduos por classe;

5.4.5 Procedimentos para reutilização e reciclagem;

5.4.6 Descrição das medidas para triagem e acondicionamento de resíduos no canteiro: Descrição dos procedimentos para triagem e segregação e para acondicionamento e armazenagem dos resíduos por classe e tipos, incluindo croqui de localização dos locais e da infraestrutura.

5.4.7 Geração de resíduos sólidos:

5.4.7.1 Dados sobre geração de resíduos sólidos, apresentados em tabela com as seguintes colunas: classe; tipo de resíduo (inclusive os de característica doméstica); estimativa quantidade gerada (estimativa de acordo com o cronograma de execução da obra); destinação final.



5.4.8 Movimentação e armazenamento:

5.4.8.1 Dados sobre movimentação e armazenamento de resíduos sólidos, apresentados em tabela com as seguintes colunas: classe; tipo de resíduos; armazenamento inicial (junto ao local de geração); movimentação interna; armazenamento final na obra.

5.4.9 Destinação final:

5.4.9.1 Dados sobre destinação final de resíduos, apresentados em uma tabela com as seguintes colunas: classe; tipo de resíduos; quantidade gerada (apurada em obra); destinação final; empresa de destinação (nome, responsável, veículo); data de coleta; assinatura do responsável (pelas informações).

6 GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

6.1 Para se preparar para eventuais acidentes que afetem o meio ambiente, a empresa contratada deverá elaborar e submeter à aprovação da Fiscalização do contrato, e manter disponível permanentemente na obra, um Plano de Emergência contendo:

6.1.1 Descrição das Medidas de Prevenção de impactos ambientais para cada uma das sucessivas etapas de obra e, para montagem e desmontagem das instalações provisórias, para transporte de materiais e para limpeza da obra;

6.1.2 Descrição das Medidas de Emergência para acidentes em atividades com produtos perigosos ou contaminantes e líquidos inflamáveis e combustíveis, com as seguintes informações: atividade de obra; produto conforme a FISPQ; efeitos ambientais; precauções; procedimentos de emergência; métodos de limpeza; procedimentos a adotar; prevenção de perigos secundários; resumo com listagem das pessoas e/ou órgãos a serem acionados, com respectivos telefones e contatos, a serem acionados nos casos de acidente para as diferentes situações de emergência.

7 ACESSIBILIDADE



- 7.1 Para garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência deverão ser observados os requisitos previstos da ABNT NBR 9050 e regulamentações pertinentes.

8 LIMPEZA DA OBRA

- 8.1 Ao longo de todo o tempo, o canteiro de obras e seu entorno deverão ser mantidos limpos, com os materiais, ferramentas e equipamentos dispostos de forma organizada e os resíduos armazenados nos locais adequados.
- 8.2 Logo após a movimentação de materiais, equipamentos e resíduos, as áreas afetadas, em especial as vias, deverão ser limpas.
- 8.3 Ao término da obra as áreas afetadas do canteiro de obras deverão ser limpas, a vegetação recuperada, não restando nenhum vestígio dos trabalhos.

9 PENALIDADES

- 9.1 O descumprimento dos dispositivos legais em relação ao meio ambiente e o desrespeito aos Critérios de Adequação Ambiental aqui estabelecidos implicará na aplicação de penalidades à Contratada, nos termos do contrato, além de denúncia aos órgãos ambientais e ao Ministério Público, no caso de crime ambiental, nos termos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Setor	Responsável / Cargo	Telefone	
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	Anderson Gasparello Pacheco (Engenheiro)	(21) 2215-5532	